

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1390959 - MG
(2018/0287955-4)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : LOJAS AMERICANAS S/A
ADVOGADOS : ANETE MAIR MACIEL MEDEIROS - DF015787
MÁRCIO DA ROCHA MEDINA E OUTRO(S) -
MG127117
VITOR DANTAS DIAS - MG127422
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORE : MARCELO CÁSSIO AMORIM REBOUÇAS E
S OUTRO(S) - MG044445
JAMERSON JADSON DE LIMA - MG076821

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 1022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PRAZO DECADENCIAL. CÔMPUTO. ART. 173, I, DO CTN. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS APURADOS DEVIDOS. JUÍZO FIRMADO NO SUPORTE PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO NÃO IMPUGNADA. SÚMULA 283/STF. RAZOES DISSOCIADAS E AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF.

1. O acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada acerca de todas as questões suscitadas. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

2. A Corte de origem aplicou a regra do art. 173, I, do CTN para o cômputo do prazo decadencial porque "sobre as operações desacobertas de nota fiscal nada foi recolhido". Inviável rever a conclusão firmada no sentido do alegado pela recorrente de que teria havido recolhimento a menor, sem o reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que, no âmbito do recurso especial, é vedado por força da Súmula 7/STJ.

3. A falta de impugnação à fundamentação adotada no acórdão recorrido para afastar a alegação de nulidade da CDA - *culpa exclusiva da recorrente por não cumprir obrigação acessória que lhe competia* - mantém-se incólume à minguada da devida contrariedade, tornando inadmissível o recurso que não a impugnou. Incidência da Súmula 283/STF.

4. Configuram fundamentação deficiente a apresentação de razões dissociadas e a alegação de dispositivo legal sem comando normativo capaz de infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido e de sustentar a tese defendida. Incidência da Súmula 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator